



GT 76. Risco, patrimônio e cidadania.

Coordenador(es):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

Risco, patrimônio e cidadania. Manuel Lima Filho (MA/UFG); Edmundo Pereira (MN/UFRJ). A produção e gestão do risco vêm crescendo como fenômeno e chave analítico-investigativa, articulando campos disciplinares científicos, técnicos e jurídico-administrativos. Diversas áreas têm salientado como o conceito condensa agendas ambientais, tecnológicas, humanitárias e patrimoniais como “sociedades de risco”. As reflexões se concentram nas condições sociais e históricas de produção diferencial da vulnerabilidade, ou de “culturas do risco”. Etnografias de situações de risco, de eventos críticos catastróficos, de operações de resgate e processos de reorganização social pós-desastre têm imbricado economias políticas de distribuição da vulnerabilidade. Agentes do desastre - ‘curtos-circuitos’, ‘sirenes desligadas’, ‘hidrantes sem água’, ‘falhas humanas’, ‘quebras de protocolo’ - configuram pontos culminantes de processos de produção do risco. O GT objetiva reunir etnografias de situações de risco, de desastres, de processos de resgate e (re)construção patrimonial de instituições museais, bibliotecas, centros culturais, acervos históricos, artísticos e científicos, entretecendo dimensões pessoais, comunitárias e institucionais e reunir investimentos no mapeamento da diversidade definitiva da noção de risco, das narrativas e idiomas do desastre como expressões de cidadanias culturais e patrimoniais, dos debates sobre reconstrução e tombamento de ruínas e coleções desaparecidas

Da efemeridade da matéria à rigidez das relações: as coisas do xamã inỹ nas coleções do Museu Nacional (RJ)

Autoria: Rafael Santana Gonçalves de Andrade (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Os ‘bastões’ do xamã Karajá colecionados pelo antropólogo estadunidense William Lipkind em 1938, estavam abrigados no acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional desde 1939. Os Obi, como são nomeados na língua Karajá, são usados pelos xamãs para inúmeras finalidades que envolve a relação entre eles e outros seres que habitam o cosmo. Como suportes materiais de vínculos mais profundos mediados pelo xamã, os ‘bastões’ são, normalmente, queimados quando não são mais portadores da sua condição original, ou melhor dizendo, quando o Obi se torna apenas ‘matéria sem vida’. Os ‘bastões’ coletados por Lipkind tinham outro destino, diferente da queima, quando passaram a integrar a sua coleção e foram depositados no acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional. Contudo, um evento crítico provoca uma ruptura na história da instituição. O incêndio que atingiu o Museu Nacional em 2 de setembro de 2018 e consumiu grande parte das coleções abrigadas no palácio da Quinta da Boa Vista, dentre elas as coleções etnográficas, impôs outra condição às coisas acervadas no Museu. No caso dos ‘bastões’ Karajá colecionados por Lipkind, vemos uma situação no mínimo peculiar. Observamos que, apesar de terem sido incorporados ao patrimônio do Museu, estavam agora consumidos pelas chamas. Destino este, muito provavelmente, estranho ao desejo do seu colecionador, mas que por outro lado seria um ‘fim normal’ em condições estabelecidas no contexto Karajá. Impulsionado pelo evento crítico que marcou a história do Museu Nacional, aliado ao exercício da biografia das coisas (Appadurai, 2008) e da ‘recontextualização dos objetos etnográficos’ (Ribeiro; Van Velthem, 1992) proponho algumas reflexões sobre as diferenças e proximidades que se pode notar nos dois casos a respeito da queima dos ‘bastões’ Karajá, com o intuito tanto de recuperar uma pesquisa desenvolvida no contexto anterior ao incêndio na instituição, quanto de trazer novas perspectivas para o processo de reconstrução do Museu Nacional.



Reunião Brasileira de Antropologia

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: